

LIMA, Aldo José Rodrigues de. Políticas educacionais e ensino médio da Literatura Brasileira. Recife, 1991, 116 p. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro de Educação, UFPE, 1991.

Observa-se que o ensino médio da Literatura Brasileira se operacionaliza numa divisão entre forma e conteúdo. Considerando que a forma, a estrutura do texto literário é que domina a política educacional para este nível de ensino e que esta política, além de ser protagonista deste hiato, é invariante no processo histórico brasileiro compreendido entre a década de 60 e 70, tornando, com efeito, a Literatura alienada da sua gênese histórico-social, pretende-se identificar este ensino formal da Literatura na escola secundária, a partir da contextualização histórica e das orientações político educacionais das Leis nº 4.024/61 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - e 5.692/71 - Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus. Nesta identificação, são abordados, inevitavelmente, aspectos da relação entre Sociedade, Educação e Literatura.

PEREIRA, Célia Maria Rodrigues da Costa. O planejamento educacional participativo e o movimento docente. Recife, 1991, 276 p. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro de Educação, UFPE, 1991.

O estudo examina como a proposta de participação na definição da política e do planejamento educacional foi implementada pela Secretaria de Educação de Pernambuco, durante duas gestões - 1980/1983 - 1984/1987 -, buscando apreender os efeitos e repercussões no interior da máquina governamental e nas relações mantidas com o movimento organizado dos docentes, em especial, através da Associação dos Professores da Rede Oficial de Ensino 1º e 2º graus de Pernambuco - APENOPE. Para tanto procurou-se detectar como discurso da participação veiculado foi viabilizado na prática, visto que ainda remanecia o regime autoritário revelando, de princípio, os limites que o apelo à participação encerrava. Demonstra-se que a proposta de Planejamento Participativo se constituiu como uma estratégia de legitimação em face das pressões advindas da sociedade civil e como os ajustes entre o discurso governamental e a prática, explicitaram as contradições presentes no aparelho de Estado, seja na abertura limitada do grau de participação do corpo técnico nas decisões, seja no atendimento das demandas dos docentes. Na prática, a proposta restrita contraditoriamente, impulsionou a organização dos docentes, tanto pela incongruência das medidas repressivas adotadas, quanto pelo pequeno alcance das práticas democráticas proclamadas.

Tóp.Educ., Recife, v.9, n.1/2, p.95-99, 1991.